

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

Eis que nossa revista *Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, cumprindo com regularidade uma trajetória de dezesseis anos, publica seu segundo número de 2017, mantendo a periodicidade semestral e alicerçada na avaliação dos periódicos jurídicos *Qualis/CAPES/MEC* no estrato B1. Esta edição, de número 29, continua a busca do aprimoramento dos artigos publicados, com trabalhos de renomados juristas brasileiros e estrangeiros. Acentue-se que os artigos publicados foram avaliados pelo sistema *Double Blind Peer Review*, pelo qual autores e avaliadores são desconhecidos entre si.

A edição conta com treze artigos, sendo dois de autores convidados. Um desses, “The new rules of global society, flexibility and informality dealing with difficult issues and achieving good results”, que abre a edição, tem como autores os professores doutores Wilson Almeida, da Universidade Católica de Brasília – atualmente residindo nos Estados Unidos, como professor convidado da Georgetown University, em Washington – e Antonio Yang, da *Chihlee University of Technology*, de Taiwan, bem como a professora Mestra Mayra Cavalcante, de Brasília.

Na sequência, insere-se o artigo “Liberdade e equanimidade: elementos axiológicos estruturantes das democracias contemporâneas”, da Dra. Natércia Sampaio Siqueira e do Dr. Marcelo Sampaio Siqueira, ambos professores de Universidades cearenses. O trabalho seguinte, do Prof. Dr. Rafael José Nadim de Lazari, e do advogado Ricardo Bispo Razaboni Junior, ambos de Marília, SP, faz considerações acerca do funcionalismo penal sistêmico-radical e do direito penal do inimigo.

Abordando a problemática da construção, dignificante e justa, do organismo social, a Profa. Dra. Daniela Menengoti Ribeiro, do Centro Universitário de Maringá, a Mestra Caroline Christine Mesquita e Marcel Ferreira dos Santos, todos de Maringá, PR, entendem o conceito de justiça como uma virtude que deve ser praticada e mantida nos panoramas do meio termo. Nesse contexto, analisam a necessidade de uma educação mais crítica e com senso de justiça mais centrado na pessoa humana.

Os professores Doutores Alexandre Antonio Bruno da Silva e André Studart Leitão, ambos do Ceará, contribuem com o trabalho “Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: reflexos para além do novo entendimento”, acentuando que persistem discussões para definir o prazo prescricional (trinta anos ou cinco anos) para a cobrança dos débitos relativos às suas contribuições que ainda não tenham sido efetuadas.

O Prof. Dr. Nestor Eduardo Araruna Santiago, da Universidade de Fortaleza, e seu Orientando no Doutorado, Professor Eduardo Daniel Lazarte Moron, da Universidade Federal de Roraima, analisam a presunção do estado de inocência e a execução provisória da pena, com base nas decisões do Habeas Corpus n. 126.292/SP e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43 e n. 44 do Supremo Tribunal Federal.

O artigo seguinte, dos Professores Doutores José Filomeno Moraes Filho e Antônio Walber Matias Muniz, e da Mestranda Fernanda Eduardo Olea do Rio Muniz, todos da UNIFOR, de Fortaleza, estudam os antecedentes aos princípios constitucionais do art. 4º no processo de integração do Brasil ao Mercosul, demonstrando que as ideias de nossa integração regional retroagem ao ano de 1823.

“Poder e violência em abordagem foucaultiana: reflexões sobre a produção da verdade jurídica”, de autoria da Profa. Dra. Andrezza Ribeiro de Sousa, da Universidade de Uberaba, MG, e de Fernanda Telles Márques, conclui que o pensamento foucaultiano traz o incômodo necessário para uma possível modificação do estado atual das relações de poder existente nas práticas sociais.

Pesquisando sobre a Teoria da Justiça de Martha Nussbaum, à luz dos Direitos Humanos, a Profa. Dra. Gina Marcílio Pompeu e a Doutoranda Ana Araújo Ximenes Teixeira, ambas da Universidade de Fortaleza, asseveram que se deve reconhecer que o enfoque das capacidades “refunda a soberania do Estado-nação ao incumbir-lhe a defesa da dignidade humana como meta prioritária”.

Em artigo sobre o protagonismo do poder judiciário, os Professores Doutores André Leonardo Copetti Santos (URI) e Douglas César Lucas (UNIJUÍ), buscam ampliar a reflexão acerca dos limites e possibilidades desse protagonismo para além do âmbito puramente positivo constitucional, conduzindo-o ao plano da filosofia moral e da filosofia política, de modo especial pelo emprego do “reconhecimento” e da “redistribuição”, que entendem centrais ao debate filosófico contemporâneo.

Os Professores Doutores Heron José de Santana Gordilho e Julio César de Sá da Rocha e o Doutorando Fernando de Azevedo Alves Brito, todos da UFBA, analisam como o reconhecimento da autonomia do Direito Animal na esfera administrativa, ante a incumbência ao Poder Público estipulada no art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal de 1988, fundamenta a necessidade de criação de Conselhos de Direito Animal.

Valiosa contribuição vem da Professora Maria João Palma, da Faculdade de Direito de Lisboa, onde também cursa Doutorado, que aborda a competência da União Europeia para a celebração de acordos internacionais de comércio, após o Tratado de Lisboa. Ela defende a necessidade de transparência e cuidado com os direitos sociais, ambientais e laborais para que a Europa se torne mais forte e evite futuros *Brexits*.

Por fim, a autora convidada, Professora Doutora Adela Bork Vega, da Universidad Católica de Valparaíso, Chile, tece reflexões em torno das memórias sociais na América Latina e as formas de reconhecimento contruídas ao longo do tempo. Questiona os contextos do passado recente, buscando trazer à discussão o que fazer da memória no campo da investigação, bem como da dimensão ético-política.

Esta edição da *Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas* se tornou possível graças às dezenas de autores e autoras que nos enviaram resultados de suas pesquisas, e aos pareceristas, dos diversos Estados brasileiros, que nos permitiram

chegar aos artigos mais adequados. Daí nossos efusivos agradecimentos a todos (as) por nos proporcionarem alcançar este objetivo.

A todos desejamos uma ótima leitura!

Primavera de 2017.

Prof. Dr. Florisbal de Souza Del’Olmo
Profa. Dra. Rosângela Angelin
Comitê Editorial